

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE201905/0975

Tipo Oferta: Mobilidade Interna

Estado: Activa

Nível Orgânico: Ministério da Cultura

Orgão / Serviço: Direção-Geral do Património Cultural

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 2025,35 (ver observações)

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Exercício de funções inerentes à carreira e categoria de técnico superior, com grau de complexidade 3, de acordo com o constante no anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente:

Caracterização do Posto de Trabalho:

- a) Emitir pareceres técnicos no âmbito dos pedidos de autorização de trabalhos arqueológicos (PATA), dos projetos de investigação plurianual em arqueologia (PIPA), dos relatórios de trabalhos arqueológicos (RTA);
- b) Proceder à fiscalização e acompanhamento dos trabalhos arqueológicos autorizados pela DGPC;
- c) Emitir pareceres técnicos relativos à salvaguarda de património arqueológico no âmbito de empreendimentos, públicos ou privados, a realizar em imóveis classificados ou em vias de classificação, designadamente monumentos, conjuntos e sítios, nas respetivas zonas de proteção e ainda sobre património arqueológico inventariado no Si Endovélico, de modo a garantir medidas minimizadoras e de salvamento;
- d) Emitir pareceres técnicos sobre planos, projetos, trabalhos e ações de iniciativa de entidades, públicas ou privadas, no âmbito do ordenamento do território, do ambiente, do planeamento urbanístico, do fomento turístico e de obras públicas, bem como promover ou participar na elaboração desses planos e projetos, nomeadamente nos planos de pormenor de salvaguarda e propor formas de articulação da DGPC com as entidades competentes da área da administração do território e do ambiente para a salvaguarda do património cultural arqueológico;
- e) Propor orientações e medidas preventivas visando a conservação preventiva do património cultural arqueológico;
- f) Realizar o levantamento e a análise de políticas públicas nacionais e internacionais relacionadas com a salvaguarda do património arqueológico, visando a identificação de boas práticas e melhorias de procedimentos no âmbito da proteção de património arqueológico em risco;
- g) Participar na organização de eventos de carácter técnico e científico para a valorização e divulgação de património arqueológico;
- h) Colaborar na execução de material de divulgação e de sensibilização para a proteção, conservação e valorização de bens arqueológicos, em especial imóveis;
- i) Colaborar na elaboração de candidaturas de projetos nacionais e internacionais no âmbito de programas de financiamento externo no domínio da conservação, proteção e valorização de património arqueológico.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura Arqueologia, História- variante Arqueologia, Arqueologia e História

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Ciências Sociais	Arqueologia

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Direção-Geral do Património Cultural	3	Palácio Nacional da Ajuda		1349021 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 3

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Será especialmente valorizada a experiência profissional comprovada na área da salvaguarda do património arqueológico.
Serão também valorizados os candidatos que apresentem experiência demonstrada na avaliação de contextos arqueológicos, escavação e registo, desmontagem e recuperação de quaisquer vestígios arqueológicos.
Será ainda valorizada a formação dos candidatos na área de antropologia física, com experiência em trabalhos arqueológicos com contextos bio antropológicos.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Direção geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda. Ala Norte, 13498-021 Lisboa

Contacto: 213650800

Data Publicitação: 2019-06-03

Data Limite: 2019-06-18

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Jornal de Expansão Nacional

Texto Publicado em Jornal Oficial:

Observações

Apreciação das candidaturas: como método de seleção será utilizada a avaliação curricular, podendo ser complementada por entrevista profissional de seleção. A referida análise curricular terá carácter eliminatório. Apenas os candidatos pré – selecionados serão contactados para a realização da entrevista profissional de seleção.

O posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado terá em conta o preceituado no artigo 153.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo efetuado em obediência aos limites impostos por força da aplicação do n.º 1 do artigo 18.º da Lei do Orçamento de Estado para 2019, e tendo como referência máxima a 6.ª posição da carreira de técnico superior, correspondente ao nível 31 da tabela remuneratória única, traduzindo-se no valor máximo de 2.025,35€.

O júri, designado nos termos do artigo 12.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, terá a seguinte composição:

- a) Presidente – Maria Catarina Maia de Loureiro Gomes Coelho, Diretora do Departamento de Bens Culturais;
- b) 1º Vogal Efetivo - José Carlos de Sousa Cardoso Bessa, Chefe da Divisão de Salvaguarda do Património Arquitetónico e Arqueológico;
- c) 2º Vogal Efetivo – Maria de Lurdes Ferreira Alves, Técnica Superior da Divisão de Recursos Humanos, Expediente e Arquivo;
- d) 1º Vogal Suplente – Manuel Correia Diogo Baptista, Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo;
- e) 2º Vogal Suplente – Maria do Céu Mendes Boavida, Chefe da Divisão de Recursos Humanos, Expediente e Arquivo.
